



JUCESP PROTOCOLO

0.865.914/13-8



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RR PARTICIPAÇÕES S.A.

ENTRE

RR PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora,

RICARDO LOPES DELNERI
como Fiador,

RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO
como Fiador,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário.

DATADO DE 29 DE AGOSTO DE 2013

SV
ml #

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RR PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 4º andar – parte, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 08.773.135/0001-00, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

RICARDO LOPES DELNERI, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.957.356-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 157.602.498-94, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 1.089, sala 1.101, Vila Gertrudes, CEP 04707-910 ("**Fiador** ou **Ricardo**");

RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.784.129 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 146.623.258-70, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 1.089, sala 1.101, Vila Gertrudes, CEP 04707-910 ("**Fiador** ou **Renato**", e em conjunto com Ricardo, "**Fiadores**"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra de Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("**Debenturistas**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM 28**") ("**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora e com os Fiadores, "**Partes**").

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RR Participações S.A." ("**Escritura**"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures objeto da presente Escritura ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente) e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("**Oferta**"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 29 de agosto de 2013 ("**AGE**"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora arquivado em sua sede, a qual

SV
me
H

aprovou a emissão das Debêntures, bem como a alienação fiduciária das Ações Alienadas Fiduciariamente (conforme abaixo definidos).

1.2. Por meio da assinatura da presente Escritura, os Fiadores obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "DCI – Diário do Comércio, Indústria e Serviços", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Constituição das Garantias Reais

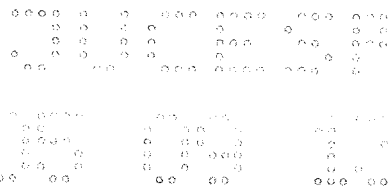
2.1.2.1. A alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Renova Energia S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.534.605/0001-74 ("Renova"), objeto do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido), deverá ser averbada, conforme disposto no artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, no extrato emitido pelo custodiante das Ações Alienadas Fiduciariamente, devendo a Emissora apresentar ao Agente Fiduciário comprovação de tal registro no extrato da conta de custódia, evidenciando a alienação fiduciária criada, no prazo previsto no Contrato de Alienação Fiduciária.

2.1.2.2. O Contrato de Alienação Fiduciária será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede e domicílio de todas as suas partes, nos prazos estabelecidos na Cláusula 4.2 do Contrato de Alienação Fiduciária.

2.1.3. Inscrição e Registro da Escritura

2.1.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ser protocolados na JUCESP e nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em função da fiança prestada, das sedes e domicílios das Partes, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e nos artigos 128 e 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, sendo certo que a Emissora enviará ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original da respectiva Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente registrada, na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado dos respectivos registros.

SV
me #



2.1.4. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.4.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, perante a CVM, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

2.1.4.2. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação, estando automaticamente dispensada do registro, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.1.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e para (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.7 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.

3.5. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.5.1. O Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948.0001-12, será o banco liquidante e o escriturador mandatário das Debêntures ("Banco Liquidante" e "Escriturador").

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para capital de giro, usos gerais e/ou investimentos a serem definidos pela Emissora.

3.7. Negociação e Procedimento de Negociação

3.7.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e após o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

3.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Instituição Intermediária"), nos termos e condições estabelecidos no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da 1ª Emissão da RR Participações S.A." ("Contrato de Distribuição").

3.8.2. No âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pela Instituição Intermediária; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.8.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.8.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pela Instituição Intermediária aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.8.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Número de Séries

4.1.2.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.3. Data de Emissão

4.1.3.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 02 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

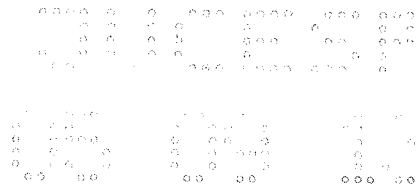
4.1.4. Prazo e Data de Vencimento

4.1.4.1. As debêntures terão prazo de vigência de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão vencendo em 02 de setembro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4 abaixo, de Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido), em conformidade com a Cláusula 5.1 abaixo, de Resgate Facultativo Total Antecipado (conforme abaixo definido), em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo e de Resgate Obrigatório Total Antecipado (conforme abaixo definido), em conformidade com a Cláusula 4.5.1.5 abaixo. Na ocasião do vencimento ou resgate, conforme aplicável, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) devidos, calculados conforme a Cláusula 4.5 abaixo.

4.1.5. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.1.5.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados.

SV
me
H



4.1.6. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.6.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.7. Espécie

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória adicional dos Fiadores, na forma de fiança, conforme descritas no item 4.1.8.2 abaixo.

4.1.8. Garantia

4.1.8.1. Garantia Real

4.1.8.1.1. Todas as ações ordinárias que sejam detidas, atualmente ou no futuro, pela Emissora, de emissão da Renova, não vinculadas pelo Acordo de Acionistas da Renova celebrado em 06 de novembro de 2012 ("Acordo de Acionistas"), listadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") sob o símbolo (ticker) "RNEW3", incluindo todos os dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos de qualquer outra forma, pela Emissora, da Renova, relativos às referidas ações, todas e quaisquer vantagens e direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados às referidas ações são doravante denominadas "Ações Desvinculadas".

4.1.8.1.2. As Debêntures contarão com garantia real, por meio da alienação fiduciária de (i) 5.526.672 (cinco milhões, quinhentas e vinte e seis mil, seiscentas e setenta e duas) Ações Desvinculadas livres e desembaraçadas de quaisquer gravames ("Direitos de Participação Alienados Fiduciariamente"), todas as ações derivadas de tais Direitos de Participação Alienados Fiduciariamente por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação de tais Direitos de Participação Alienados Fiduciariamente e quaisquer bens ou títulos, nos quais tais Direitos de Participação Alienados Fiduciariamente sejam convertidos ou que venham a substituir tais Direitos de Participação Alienados Fiduciariamente (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), incluindo, sem limitação, incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Renova, e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Renova, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados aos Direitos de Participação Alienados Fiduciariamente, sejam eles atualmente ou no futuro detidos pela Emissora (em conjunto, "Ações Alienadas Fiduciariamente"); e (ii) todos os direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, inerentes à conta vinculada de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco BTG Pactual S.A., nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras

JV
me
[Handwritten signature]

Avenças”, celebrado pela Emissora, o Agente Fiduciário e a Renova, na qualidade de interveniente-anuente (“Contrato de Alienação Fiduciária”) (“Bens Cedidos Fiduciariamente”).

4.1.8.1.3. Na data de celebração desta Escritura (“Data de Partida”), o valor total da garantia que recai sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente é superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do montante total da Emissão (“Cobertura Inicial”).

4.1.8.1.3.1. Caso o valor de mercado das Ações Alienadas Fiduciariamente deixe de ser equivalente a, no mínimo, 125% (cento e vinte cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário do total das Debêntures não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios incidentes e eventuais Encargos Moratórios (“Cobertura Mínima”), o Agente Fiduciário deverá, com cópia para as Partes, notificar o Banco Itaú Corretora de Valores S.A. (“Escriturador das Ações”), no prazo de 1 (um) dia útil, e com a finalidade de recompor a garantia, realizar a alienação fiduciária de novas Ações Desvinculadas livres e desembaraçadas de quaisquer gravames, bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos a tais novas Ações Desvinculadas, todas as ações derivadas de tais novas Ações Desvinculadas por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação de tais novas Ações Desvinculadas e quaisquer bens ou títulos, nos quais tais novas Ações Desvinculadas sejam convertidas ou que venham a substituir tais novas Ações Desvinculadas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), incluindo, sem limitação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Renova, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados às novas Ações Desvinculadas, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pela Emissora em quantidade necessária para que, somado ao valor das Ações Alienadas Fiduciariamente, seja atingida a Cobertura Inicial descrita na Cláusula 4.1.8.1.2 acima (“Recomposição da Garantia”), conforme disposto no Contrato de Alienação Fiduciária (“Novas Ações”, as quais, após oneradas nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, passarão a integrar a definição de “Ações Alienadas Fiduciariamente”).

4.1.8.1.3.2. Caso o valor de mercado das Ações Alienadas Fiduciariamente torne-se maior do que 175% (cento e setenta e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário do total das Debêntures não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios incidentes e eventuais Encargos Moratórios (“Cobertura Máxima”), o Agente Fiduciário deverá, com cópia para as Partes, notificar o Escriturador das Ações, no prazo de 1 (um) dia útil, para realização da liberação, em nome dos Debenturistas, das Ações Alienadas Fiduciariamente correspondente ao montante excedente à Cobertura Inicial.

4.1.8.1.3.3. Sem prejuízo do disposto acima, caso a alienação fiduciária de Novas Ações não seja suficiente para a realização da Recomposição da Garantia, a Emissora poderá desvincular ações ordinárias de emissão da Renova por ela detida, vinculadas ao Acordo de Acionistas e listadas na BM&FBOVESPA sob o símbolo (ticker) “RNEW3” (“Ações Vinculadas”), em quantidade necessária para que somado ao valor das Ações Alienadas Fiduciariamente, seja atingida a Cobertura Inicial descrita na Cláusula 4.1.8.1.2 acima.

4.1.8.1.3.4. A verificação da Cobertura Inicial, da Cobertura Mínima e da Cobertura Máxima deverá ser realizada pelo Agente Fiduciário, diariamente, a partir da Data de Partida, com base no

volume total de negociação dos 30 (trinta) pregões anteriores à verificação, de acordo com a fórmula descrita no Contrato de Alienação Fiduciária.

4.1.8.2. Garantia Adicional Fidejussória – Fiança

4.1.8.2.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, os Fiadores, por esta Escritura, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, indenizações, gastos com honorários e despesas advocatícias razoáveis, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, honorários e despesas razoáveis com Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, CETIP, e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido"), renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.1.8.2.2. O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 03 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 01 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

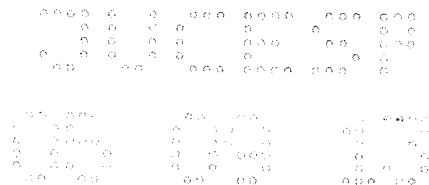
4.1.8.2.3. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por quaisquer valores honrados pelos Fiadores nos termos da fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.8.2.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.1.8.2.5. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.8.2.6. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo, inclusive, a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.





4.2. Preço de Subscrição

4.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido, *pro rata temporis*, pelos Juros Remuneratórios previstos na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.4. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. As Debêntures renderão juros a taxa correspondente à variação acumulação de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 3,85% (três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Juros Remuneratórios” e “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme abaixo definido), conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

4.5.1.1 A Remuneração será calculada pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

JU
M
H

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de um até nDI.

nDI = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “nDI” um número inteiro; e

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DIk = Taxa DI, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde,

spread = 3,8500 (três inteiros e oitenta e cinco centésimos) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

SV
me
#

4.5.1.2 Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.5.1.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI pela CETIP na Data de Vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, inclusive a Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo ("TDIk"), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.5.1.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) dia útil após a extinção da Taxa DI; (b) do 1º (primeiro) dia útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) dia útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 8 desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.5.1.5 abaixo. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, será utilizada a TDIk divulgada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração.

4.5.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da realização da respectiva

JU
Mg



Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) ("Resgate Obrigatório Total Antecipado"). Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIk o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.5.1.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta deverá prever que a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.5.1.7. Para fins da presente Escritura, a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescentes após cada amortização.

4.5.1.8. Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6 Pagamento da Remuneração

4.6.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 02 de setembro de 2015, e o último pagamento na Data de Vencimento (cada um, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.7 Repactuação Programada

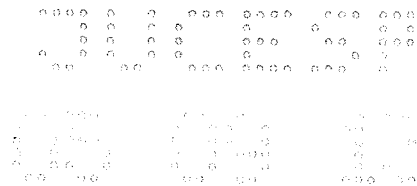
4.7.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.8 Amortização

4.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas nos percentuais e datas abaixo indicados (cada uma, uma "Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de Aquisição Facultativa, de Resgate Facultativo Total Antecipado e de Resgate Obrigatório Total Antecipado, conforme estabelecidas nas Cláusulas 5.4, 5.1, 5.2 e 4.5.1.5, respectivamente, desta Escritura.

Parcela	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	4,99%	02 de setembro 2015
2	14,94%	02 de setembro 2016
3	21,57%	02 de setembro 2017
4	58,50%	02 de setembro 2018

SV
M
A



4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora em moeda corrente nacional: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) por meio do Banco Liquidante, para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP21.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

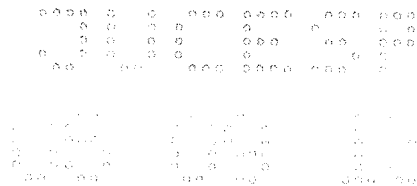
4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

JV
ml
A



4.10 Publicidade

4.10.3 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal “DCI – Diário do Comércio, Indústria e Serviços”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE FACULTATIVO TOTAL ANTECIPADO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARCIAL FACULTATIVA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em circulação (“Aquisição Facultativa”).

5.2 Resgate Facultativo Total Antecipado

5.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total antecipado das Debêntures em circulação (“Resgate Facultativo Total Antecipado”). O Resgate Facultativo Total Antecipado ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, calculados nos termos desta Escritura; e (ii) de um prêmio de (a) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano em caso de resgate ocorrido no período compreendido entre a Data de Emissão (exclusive) e 02 de setembro de 2015 (inclusive); ou (b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano em caso de resgate ocorrido no período compreendido entre 02 de setembro de 2015 (exclusive) até a Data de Vencimento (inclusive), em qualquer dos casos, sobre o volume das Debêntures resgatadas, conforme a seguinte fórmula:

$$P=d*V*\text{volume de resgate}$$

aonde,

P= Prêmio de Resgate;

d= quantidade de dias corridos entre a data do Resgate Facultativo Total Antecipado e da Data de Vencimento dividido por 365; e

V= porcentagem aplicável para cada período.

5.2.1.1 O Resgate Facultativo Total Antecipado ocorrerá mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.10 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado"), bem como deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, ambos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do efetivo Resgate Facultativo Total Antecipado.

5.2.1.2 Na Comunicação de Resgate Facultativo Total Antecipado deverá constar: (i) a data do Resgate Antecipado; (ii) o local de realização; (iii) procedimento de resgate; (iv) valor do prêmio de reembolso, a ser calculado de acordo com a Cláusula 5.2.1 acima; e (v) demais informações necessárias para a operacionalização do resgate das Debêntures. Para as Debêntures registradas no CETIP21, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos da CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis de sua realização.

5.2.1.3 As Debêntures resgatadas nos termos previstos nesta Cláusula deverão ser canceladas pela Emissora.

5.3 Amortização Extraordinária Parcial Facultativa

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação ("Amortização Extraordinária Parcial Facultativa"). A Amortização Extraordinária Parcial Facultativa ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, conforme o caso, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa, calculados nos termos desta Escritura; e (ii) de um prêmio de (a) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano em caso de amortização ocorrida no período compreendido entre a Data de Emissão (exclusive) e 02 de setembro de 2015 (inclusive); ou (b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano em caso de amortização ocorrida no período compreendido entre 02 de setembro de 2015 (exclusive) até a Data de Vencimento (inclusive), em qualquer dos casos sobre o volume das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa, conforme a seguinte fórmula:

$$P=d*V*\text{volume de amortização}$$

aonde,

P= Prêmio de Resgate; e

d= quantidade de dias corridos entre a data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa e a Data de Vencimento dividido por 365.

V= porcentagem aplicável para cada período.

5.3.1 A Amortização Extraordinária Parcial Facultativa ocorrerá mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.10 desta Escritura ("Comunicação de Amortização Extraordinária Parcial Facultativa"), bem como

deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, ambos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial Facultativa.

5.3.2 Na Comunicação de Amortização Extraordinária Parcial Facultativa deverá constar: (i) a data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa; (ii) o local de realização; (iii) procedimento de amortização; (iv) valor do prêmio de reembolso, a ser calculado de acordo com a Cláusula 5.3.1 acima; e (v) demais informações necessárias para a operacionalização da amortização das Debêntures.

5.3.3 Para as Debêntures registradas no CETIP21, a operacionalização da amortização seguirá os procedimentos da CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis de sua realização.

5.4 Vencimento Antecipado

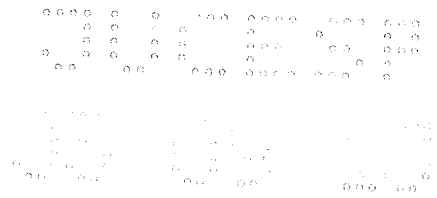
5.4.1 Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1.1 e 5.4.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores no âmbito da Emissão na data em que foram prestadas, não sanadas no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento, pela Emissora e pelos Fiadores, de comunicação de referida comprovação, conforme aplicável;
- (ii) inadimplemento pela Emissora e/ou pelos Fiadores, nas respectivas datas de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, não sanadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do respectivo vencimento;
- (iii) descumprimento pela Emissora e/ou pelos Fiadores de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, não sanadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo descumprimento, exceto quando houver prazo de cura específico;
- (iv) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos contratos, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo;

- (v) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras dos Fiadores, respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos contratos, em valor individual ou agregado superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo;
- (vi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Renova, respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos contratos, em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo;
- (vii) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora e/ou suas controladas, com exceção da Renova, em valor individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, salvo se o não pagamento da obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente, ou (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora ou por quaisquer de suas controladas;
- (viii) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pelos Fiadores, em valor individual ou agregado, superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, salvo se o não pagamento da obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente, ou (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pelos Fiadores;
- (ix) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Renova, em valor individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, salvo se o não pagamento da obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente, ou (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Renova;
- (x) redução do capital social da Emissora sem aprovação prévia da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) alteração do controle da Emissora ou mudança na composição acionária que venha a resultar na saída da Emissora do bloco de controle da Renova, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

- (xii) operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto para reorganizações societárias realizadas dentro do grupo econômico da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal consentimento deverá ser pela maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação;
- (xiii) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Emissora, e/ou suas controladas, com exceção da Renova, com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, salvo se, no prazo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento pela Emissora e/ou suas controladas, com exceção da Renova, conforme aplicável de referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (i) que o protesto foi suspenso ou cancelado; (ii) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (iii) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (xiv) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra os Fiadores, com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, salvo se, no prazo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento pelos Fiadores de referido protesto, seja validamente comprovado pelos Fiadores: (i) que o protesto foi suspenso ou cancelado; (ii) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (iii) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (xv) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Renova, com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, salvo se, no prazo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento pela Renova de referido protesto, seja validamente comprovado pela Renova: (i) que o protesto foi suspenso ou cancelado; (ii) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (iii) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (xvi) não pagamento do valor devido em função de qualquer decisão final de caráter administrativo, arbitral ou judicial transitada em julgado contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que o valor objeto de referida decisão final se tornou devido;
- (xvii) não pagamento do valor devido em função de qualquer decisão final de caráter administrativo, arbitral ou judicial transitada em julgado contra os Fiadores cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data



de Emissão, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que o valor objeto de referida decisão final se tornou devido;

- (xviii) (a) apresentação ou requerimento, pela Emissora, por suas controladas e/ou pelos Fiadores de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de autofalência da Emissora e/ou da Renova, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei; e/ou (b) decretação de falência da Emissora e/ou da Renova;
- (xix) (a) se a garantia adicional fidejussória não for devidamente efetivada ou formalizada pela Emissora e/ou pelos Fiadores, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se ela, por qualquer fato atinente ao seu objeto tornar inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, e não forem substituídas por novas garantias, na forma e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária que sejam aceitáveis pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para este fim; ou (b) no caso de falecimento e/ou insolvência civil de qualquer dos Fiadores, nos termos do Código Civil;
- (xx) transformação da Emissora em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxi) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (xxii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas, exceto se: (a) tal operação de transferência ou cessão tiver sido aprovada por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas titulares das Debêntures em circulação; ou (b) decorrer de operação de que trata o item "xii" desta Cláusula 5.4.1;
- (xxiii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento;
- (xxiv) (a) se a garantia real não for devidamente efetivada ou formalizada pela Emissora e/ou pelos Fiadores, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis; (b) se ela, por qualquer fato atinente ao seu objeto tornar inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, e não foram substituídas por novas garantias, na forma e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária que sejam aceitáveis pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para este fim; (c) caso a Emissora não realize a Recomposição da Garantia na forma e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; ou (d) no caso de desconstituição dos gravames objeto desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária;

SV
me

- (xxv) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que acarrete indisponibilidade ou perda de bem móvel ou imóvel da Emissora que represente mais de 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Emissora constante das demonstrações financeiras individuais do exercício social anterior;
- (xxvi) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que acarrete indisponibilidade ou perda de bem móvel ou imóvel da Renova que represente mais de 20% (vinte por cento) da receita operacional da Renova acumulada em 12 (doze) meses, a ser verificada trimestralmente pela comparação das demonstrações financeiras publicadas trimestralmente;
- (xxvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças da Emissora, inclusive ambientais, que resultem na redução de 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Emissora constante das demonstrações financeiras individuais do exercício social anterior;
- (xxviii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças da Renova, inclusive ambientais, que representem mais de 20% (vinte por cento) da receita operacional da Renova acumulada em 12 (doze) meses, a ser verificada trimestralmente pela comparação das demonstrações financeiras publicadas trimestralmente;
- (xxix) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada);
- (xxx) não utilização pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, nos termos da Cláusula 3.6 acima;
- (xxxi) excetuada contratação, pela Emissora, de endividamento agregado adicional de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) com prazo médio superior ao período compreendido entre a data de contratação de endividamento adicional e a Data de Vencimento, o qual fica desde já autorizado ("Endividamento Adicional Autorizado"), a contratação, pela Emissora, de endividamentos adicionais (i) que levem o endividamento da Emissora a valor agregado superior a 41% do valor de mercado das Ações Desvinculadas no momento da nova contratação, ou (ii) cujo prazo médio de cada novo endividamento adicional seja inferior ao período compreendido entre a data da contratação de endividamento adicional e a Data de Vencimento. O cálculo do valor de cada Ação Desvinculada deverá obedecer a fórmula abaixo:

$$\sum_{i=1}^{30} \frac{(\text{closing price RNEW11i}) \times (\text{Volume RNEW11i})}{30 (\text{last 30 days RNEW Volume})} \times \frac{1}{3}$$

onde,

i = D-1 até D-30;

n = D-30 de negociação do certificado de depósito de ações (unit) listado na BM&FBOVESPA sob o símbolo (ticker) "RNEW11" ("Unit");

SV



closingpriceRNEW11 = preço de fechamento da Unit; e
Volume RNEW11 = volume diário de da Unit.

- (xxxii) até que todas as obrigações constantes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária sejam integralmente cumpridas e liberadas, a Emissora deixe de deter, no mínimo, 4.622.048 (quatro milhões, seiscentas e vinte e duas mil e quarenta e oito) Ações Desvinculadas, que na presente data representam 2% (dois por cento) do total de ações de emissão da Renova (*negative pledge*), as quais poderão ser utilizadas para Recomposição de Garantia, nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, e não poderão ser vinculadas ao Acordo de Acionistas a partir da Data de Emissão;
- (xxxiii) se, por qualquer motivo, a Renova deixe de ter registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM;
- (xxxiv) se, por qualquer motivo, as ações e/ou certificados de depósitos de ações, conforme aplicável, de emissão da Renova, listadas na BM&FBOVESPA sob os símbolos "RNEW3" e "RNEW11", respectivamente, deixarem de ser listadas, exceto no caso de listagem no segmento de governança do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;
- (xxxv) caso seja alterado o artigo 6º do Estatuto Social da Renova ou qualquer outra cláusula de quaisquer outros documentos que, em qualquer dos casos, impeça a conversão das Ações Alienadas Fiduciariamente em preferenciais, conforme disposto no Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xxxvi) caso seja alterado o Estatuto Social da Renova ou seja realizado qualquer ato, que, em qualquer dos casos, implique na diminuição do limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) e 45% (quarenta e cinco por cento) entre ações ordinárias e preferências de sua emissão; e
- (xxxvii) até o cumprimento e liberação integral das Obrigações Garantidas, pelo prazo máximo permitido de acordo com os documentos societários da Companhia e com a lei aplicável:
 - (i) não renovar a procuração outorgada nos termos do Anexo 3 do Contrato de Alienação Fiduciária, 90 (noventa) dias antes do vencimento da procuração em vigor; e (ii) não outorgar nova(s) procuração(ões) nos termos do Anexo 3 do Contrato de Alienação Fiduciária, caso, por qualquer motivo, a procuração de que trata a Cláusula 8.2 do Contrato de Alienação Fiduciária torne-se parcial ou integralmente inválida.

5.4.1.1 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "ii", "iv", "v", "vii", "viii", "x", "xi", "xii", "xviii", "xix", "xx", "xxii", "xxiii", "xxiv", "xxxii", "xxxiii", "xxxiv", "xxxv", "xxxvi" e "xxxvii" acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá, assim que tomar ciência, declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.4.1.2 Na ciência da ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados na Cláusula 5.4.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que

tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre a eventual não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

5.4.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.

5.4.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.4.2 acima, obrigando-se a Emissora e/ou os Fiadores a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data do pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura. Caso tal pagamento seja feito pelos Fiadores, este será realizado fora do âmbito da CETIP.

5.4.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.4.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.9.3 acima.

5.4.5 Fica estabelecido que a verificação dos Eventos de Inadimplemento, pelo Agente Fiduciário, será feita com base nas declarações a serem fornecidas pela Emissora, atestando o cumprimento das disposições desta Escritura, nos termos da Cláusula 6.1, (iii), (a) abaixo, exceto na hipótese do Agente Fiduciário tomar ciência, por qualquer outro meio, da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, devendo este tomar todas as providências nos termos desta Escritura.

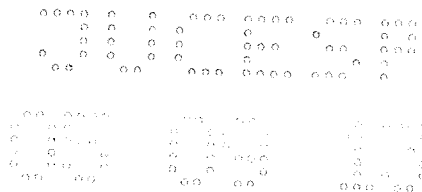
6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

6.1 A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e assessores legais;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social ou 05 (cinco) dias úteis após sua publicação, o que ocorrer primeiro, desde que respeitado o prazo previsto na legislação e regulamentação vigente, cópia das demonstrações

JV





financeiras completas da Emissora e da Renova relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;

- (b) dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do trimestre, cópia das demonstrações financeiras trimestrais da Renova, objeto de revisão especial por parte dos auditores independentes registrados na CVM;
 - (c) demonstrativo do cálculo de apuração de que tratam os itens (xxv) a (xxviii) da Cláusula 5.1 acima, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do prazo final de que tratam os itens (a) e (b) acima; e
 - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência.
- (iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iv) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente à Instituição Intermediária e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

SV

- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) notificar em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (x) não onerar (a) as Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como mantê-las livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames, acordo de acionistas ou disposição contratual que limite ou impeça a excussão da garantia; e (b) 4.622.048 (quatro milhões, seiscentas e vinte e duas mil e quarenta e oito) Ações Desvinculadas, que na presente data representam 2% (dois por cento) do total de ações de emissão da Renova (*negative pledge*), as quais poderão ser utilizadas para Recomposição de Garantia, nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, e não poderão ser vinculadas ao Acordo de Acionistas a partir da Data de Emissão;
- (xi) promover os respectivos registros do Contrato de Alienação Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes até a data de integralização, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xii) fornecer ao Agente Fiduciário via original do Contrato de Alienação Fiduciária e de eventuais aditamentos, devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;

SU

[Handwritten signature]

- (xvi) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- (xvii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xviii) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xix) notificar em até 5 (cinco) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (xx) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (xxi) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
- (xxii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xxiii) abster-se de negociar valores mobiliários do mesmo emissor e espécie daquele objeto da presente Oferta, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxiv) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de: (a) revelar informações relativas à Oferta, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação; e
- (xxv) enviar mensalmente ao Agente Fiduciário, até o último dia útil do mês subsequente, o relatório de custódia da ações emitido pelo banco custodiante, na qual deverão constar os

gravames sobre (i) as Ações Alienadas Fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária; e (ii) sobre quaisquer outras ações detidas pela Emissora decorrentes de outras operações por ela realizadas.

6.2 Os Fiadores, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obrigam a:

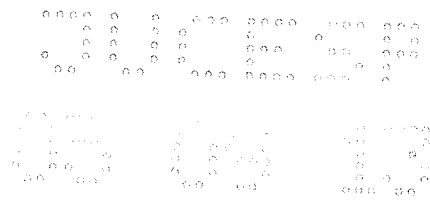
- (i) notificar em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa afetar negativamente suas habilidades de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura;
- (ii) notificar em até 5 (cinco) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (iii) caso a Emissora não o faça pontualmente, responsabilizar-se pelo imediato pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (iv) caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador, auditores e assessores legais.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

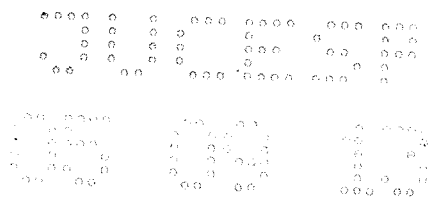


- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (xii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

7.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 2ª emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em até nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Renova Energia S.A., sendo 1.000 (mil) debêntures da 1ª série, 2.600 (duas mil e seiscentas) debêntures da 2ª série, 2.700 (duas mil e setecentas) debêntures da 3ª série, 2.900 (duas mil e novecentas) debêntures da 4ª série, 3.500 (três mil e quinhentas) debêntures da 5ª série, 5.700 (cinco mil e setecentas) debêntures da 6ª série, 3.800 (três mil e oitocentas) debêntures da 7ª série, 3.500 (três mil e quinhentas) debêntures da 8ª série e 4.300 (quatro mil e trezentas) debêntures da 9ª série. As debêntures da 1ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2014, as da 2ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2015, as da 3ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2016, as da 4ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2017, as da 5ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2018, as da 6ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2019, as da 7ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2020, as da 8ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2021 e as da 9ª série possuem vencimento em 17 de setembro de 2022, totalizando o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). As debêntures da 2ª emissão da Renova Energia S.A. contam com alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbrás Centrais

SV
[Handwritten signature]



Elétricas S.A., por cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados na conta vinculada 6120-4, mantida no Banco do Brasil S.A, Agência 3064-3, na qual serão depositados fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e fluxo de dividendos distribuídos pela Nova Renova Energia S.A., conforme previsto na respectiva escritura de emissão. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão.

7.4 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.4.1 Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo referido na Cláusula 7.4 acima, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 08 (oito) dias para a primeira convocação e 05 (cinco) dias para a segunda convocação.

7.4.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.4.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.4.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.4.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.4.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, onde será inscrita a presente Escritura.

7.4.7 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.4.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

7.5 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

11
m

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, às expensas desta, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória dos Fiadores, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (x) intimar a Emissora a reforçar a garantia real dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xi) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

SV

me

- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10.3 acima;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória dos Fiadores, prestada nos termos da Cláusula 4.1.8.2 desta Escritura; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do

organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede da Instituição Intermediária.
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a companhia emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) disponibilizar o Valor Nominal Unitário a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (xxii) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior; e
- (xxiii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o

integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

7.6 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.7 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.6, (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.4.1.2, esta assim o autorizar.

7.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.9 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.10 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida 05 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.11 As parcelas citadas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS – Contribuição ao Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR – Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.12 As parcelas de remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.10 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*, se necessário.

7.13 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.14 Os serviços previstos nesta Escritura prestados pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e Lei das Sociedades por Ações.

7.15 As remunerações do Agente Fiduciário não incluem as despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures, caso aplicável. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.16 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.17 Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários aqui descritos.

7.17.1 Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado, a Aquisição Facultativa, ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.4, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.17.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.17.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria simples das Debêntures em circulação, exceto

quando de outra forma prevista nesta Escritura, e casos de alteração nas hipóteses de vencimento antecipado, alterações na Cláusula 6 desta Escritura e alterações em de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1 A alteração de quórum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quórum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

9.1 A Emissora declara e garante, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data, objeto do Contrato de Alienação Fiduciária ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede e domicílio das Partes, o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e do registro das Debêntures na CETIP;

- (vii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e não sofreram qualquer alterações significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles que (i) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou no Contrato de Alienação Fiduciária; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xii) todos os bens e direitos objeto do Contrato de Alienação Fiduciária são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão, na data de integralização das Debêntures, livres e desembaraçados de quaisquer constringências ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelo Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiv) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; e

SV

[Handwritten signature]

- (xvi) não há fatos relativos à Emissora, às suas controladas, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.

9.2 Os Fiadores declaram e garantem, individualmente e em relação a si próprios, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) têm plena capacidade, poder e autoridade para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Fiadores;
- (iii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais os Fiadores sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data, objeto do Contrato de Alienação Fiduciária ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede e domicílio das Partes, o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e do registro das Debêntures na CETIP;
- (v) as suas situações econômica, financeira e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa suas respectivas solvências;
- (vi) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (vii) os Fiadores estão cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto por aqueles que: (i) não possam afetar a capacidade dos Fiadores de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- (viii) possuem patrimônio mais do que suficiente para arcar com as demandas e pagar os valores, condenações e obrigações referentes às Debêntures constituídas nessa Escritura;
- (ix) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (x) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pelos Fiadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas condições financeiras, que possam afetar a capacidade de cumprirem com suas obrigações previstas nesta Escritura; e
- (xii) não há fatos relativos aos Fiadores, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

RR PARTICIPAÇÕES S.A

Avenida Roque Petroni Junior, nº 1.089, sala 1.101, Vila Gertrudes

CEP 04707-910 – São Paulo, SP

At.: Sr. Daniel Famano

Tel.: + 55 (11) 3957-9431

Fax: + 55 (11) 3957-9499

E-mail: daniel@casadegestao.com.br

- (ii) Para os Fiadores:

DOMICÍLIOS

Avenida Roque Petroni Junior, nº 1.089, sala 1.101, Vila Gertrudes

CEP 04707-910 – São Paulo, SP

At.: Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo

Tel.: + 55 (11) 3957-9431

Fax: + 55 (11) 3957-9499

E-mail: daniel@casadegestao.com.br

- (iii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: + 55 (21) 3385-4565

Fax: + 55 (21) 3385-4046

e-mail: middle@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: + 55 (21) 2276-7474

Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 – São Paulo, SP

Tel.: + 55 (11) 3111-1596

Fax: + 55 (11) 3115-1564

10.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante, ao Agente Fiduciário e ao Escriturador pela Emissora.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87													

[illegible][illegible][illegible]

Table 1 The number of cases by age group, sex, and season

	Age group	Male	Female	Total
Spring	<10 years	1	0	1
	10-19 years	1	0	1
	20-29 years	1	0	1
	30-39 years	1	0	1
	40-49 years	1	0	1
	≥50 years	1	0	1
Summer	<10 years	0	0	0
	10-19 years	0	0	0
	20-29 years	0	0	0
	30-39 years	0	0	0
	40-49 years	0	0	0
	≥50 years	0	0	0
Autumn	<10 years	0	0	0
	10-19 years	0	0	0
	20-29 years	0	0	0
	30-39 years	0	0	0
	40-49 years	0	0	0
	≥50 years	0	0	0
Winter	<10 years	0	0	0
	10-19 years	0	0	0
	20-29 years	0	0	0
	30-39 years	0	0	0
	40-49 years	0	0	0
	≥50 years	0	0	0

[illegible]

$\begin{array}{l} \text{A} \\ \text{B} \\ \text{C} \\ \text{D} \\ \text{E} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{F} \\ \text{G} \\ \text{H} \\ \text{I} \\ \text{J} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{K} \\ \text{L} \\ \text{M} \\ \text{N} \\ \text{O} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{P} \\ \text{Q} \\ \text{R} \\ \text{S} \\ \text{T} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{U} \\ \text{V} \\ \text{W} \\ \text{X} \\ \text{Y} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{Z} \\ \text{AA} \\ \text{AB} \\ \text{AC} \\ \text{AD} \end{array}$

$\begin{array}{l} \text{A} \\ \text{B} \\ \text{C} \\ \text{D} \\ \text{E} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{F} \\ \text{G} \\ \text{H} \\ \text{I} \\ \text{J} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{K} \\ \text{L} \\ \text{M} \\ \text{N} \\ \text{O} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{P} \\ \text{Q} \\ \text{R} \\ \text{S} \\ \text{T} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{U} \\ \text{V} \\ \text{W} \\ \text{X} \\ \text{Y} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{Z} \\ \text{AA} \\ \text{AB} \\ \text{AC} \\ \text{AD} \end{array}$

$\begin{array}{l} \text{A} \\ \text{B} \\ \text{C} \\ \text{D} \\ \text{E} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{F} \\ \text{G} \\ \text{H} \\ \text{I} \\ \text{J} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{K} \\ \text{L} \\ \text{M} \\ \text{N} \\ \text{O} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{P} \\ \text{Q} \\ \text{R} \\ \text{S} \\ \text{T} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{U} \\ \text{V} \\ \text{W} \\ \text{X} \\ \text{Y} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{Z} \\ \text{AA} \\ \text{AB} \\ \text{AC} \\ \text{AD} \end{array}$

$\begin{array}{l} \text{A} \\ \text{B} \\ \text{C} \\ \text{D} \\ \text{E} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{F} \\ \text{G} \\ \text{H} \\ \text{I} \\ \text{J} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{K} \\ \text{L} \\ \text{M} \\ \text{N} \\ \text{O} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{P} \\ \text{Q} \\ \text{R} \\ \text{S} \\ \text{T} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{U} \\ \text{V} \\ \text{W} \\ \text{X} \\ \text{Y} \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{Z} \\ \text{AA} \\ \text{AB} \\ \text{AC} \\ \text{AD} \end{array}$

11.4 Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de Requerentes e Requeridas, todas as partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 dias a partir do recebimento pelas partes de notificação da Câmara nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

11.5 A arbitragem será realizada na cidade de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades.

11.6 A arbitragem será realizada em língua portuguesa.

11.7 A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

11.8 A arbitragem será sigilosa.

11.9 O Tribunal Arbitral alocará entre as partes, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.

11.10 As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96.

11.11 Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou de urgência, as quais não afetarão a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a constituição do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou de urgência deverão ser requeridas ao Tribunal Arbitral, que poderá manter, alterar ou revogar medidas judiciais anteriormente solicitadas ao Poder Judiciário.

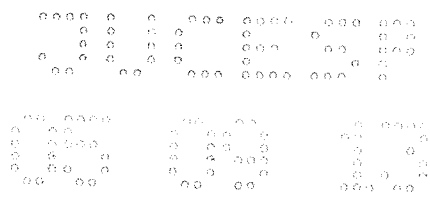
11.12 Para (i) as medidas cautelares e de urgência anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) ações de execução, inclusive a execução das decisões do Tribunal Arbitral, seja da sentença

final ou de eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

11.13 Antes da assinatura do termo de arbitragem, a Câmara poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos do Regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro Tribunal Arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 29 de agosto de 2013.



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RR Participações S.A.)

RR PARTICIPAÇÕES S.A.

DL
Nome: Ricardo Lopes Derner
Cargo: Diretor

Renato
Nome: Renato do Amaral Figueiredo
Cargo: Diretor

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RR Participações S.A.)

RICARDO LOPES DELNERI

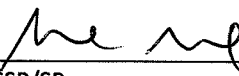


RG: 9.957.356-8 SSP/SP
CPF/MF: 157.602.498.-94



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RR Participações S.A.)


RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO



RG: 18.784.129 SSP/SP
CPF/MF: 146.623.258-70


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RR Participações S.A.)

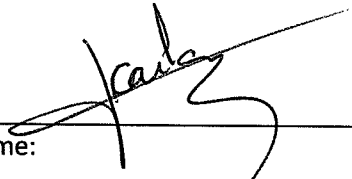
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RR Participações S.A.)

Testemunhas:

1. 
Nome: Bruna Carvalho Alhus
RG: 33.095.423.4 SSP/SP

2. 
Nome: Ana Carla Gal Custodio
RG: 19.804.560-8 SSP/SP
CPF: 131.722.148-69

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 
GISELA SIMIEMA GESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

ED001238-5/000



JUCESP